



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JOELMA DOS SANTOS SODRÉ

**A JUVENILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A POLÍTICA DE
EJA DA REDE ESTADUAL DA BAHIA**

Amargosa, setembro de 2017

JOELMA DOS SANTOS SODRÉ

**A JUVENILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A POLÍTICA DE
EJA DA REDE ESTADUAL DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, apresentado à banca examinadora do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, para obtenção do título Licenciada em Pedagogia.

Orientador(a): Geórgia Nellie Clark

Amargosa, setembro de 2017


A JUVENILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A POLÍTICA DE EJA DA REDE ESTADUAL DA BAHIA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado(a) em Pedagogia, pela seguinte banca examinadora.



Orientadora: Georgia Nellie Clark

Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação pela UNEB (2007)
Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL (2012).



Examinadora: Prof^ª. Dr^ª Maria Eurácia Barreto de Andrade

Mestre em Educação pela Universidade da Madeira- Uma, na área de concentração de inovação Pedagógica (2008) e Doutora em Educação pela Universidade Americana (UA) na linha de Linguagem e formação.

Examinadora: Prof^ª Dr^ª Sineide Cerqueira Estrela

Especialista em Supervisão Escolar- UEFS (1993), Informática Educativa- UEFS (2001), Gestão Escolar- FJC (2012), Docência do Ensino Superior- FJC (2012), Mestre em Ciências da Educação pela UHG- Paraguai (2012) e Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Hispano, GUARANY, Espanha (2016).

Amargosa, setembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido a grande vitória de ingressar nesta instituição e mais ainda de ter me abençoado e dado forças para concluir a graduação.

Ao meu filho Murillo Melo que foi, e é a minha razão de viver e continuar lutando por um mundo melhor.

A meus pais Bernadete Sodré e Jairo Sodré por terem me mostrado desde muito cedo que o caráter e a honestidade são os bens mais valiosos do ser humano.

A minha irmã e amiga Jamile Sodré que sempre me ajudou muito me dando forças para sempre continuar. E a meu cunhado Alex pelos conhecimentos compartilhados.

Ao meu marido Thiago Melo, por me aguentar nos momentos mais desesperados e ficar comigo durante as angústias de minhas escritas, abdicando de passeios e festas para me apoiar.

A minhas tias, que persistiram no discurso muitas vezes cansativo me incentivando e me ajudando a escolher esse caminho.

A minha orientadora Georgia Clark, pela calma, boa vontade, entusiasmo, cobranças e principalmente pela sabedoria que me guiou até aqui.

As minhas amigas de caminhada, Denise Moura e Jaqueline Amorim que foram ótimas nas horas tristes e alegres. Obrigada meninas pelas resenhas, histórias, broncas, enfim, por fazerem parte desta história junto comigo.

Jaqueline Amorim, obrigada pelas caronas tanto a pé, quanto de carro onde pudemos trocar conversas, elogios, brigas, confidências, enfim. Obrigada por tudo!

A todos os colegas, amigos e familiares que me deram apoio durante todo o curso e principalmente nesse momento final.

Obrigado a todos e a todas!!

Desde muito pequenos aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e a escrever palavras e frases, já estamos “lendo”, bem ou mal, o mundo que nos cerca. Mas este conhecimento que ganhamos de nossa prática não basta. Precisamos ir além dele. Precisamos conhecer melhor as coisas que já conhecemos e conhecer outras que ainda não conhecemos.

(...)

Paulo Freire

RESUMO

Esta monografia tem como proposta promover uma discussão sobre o ingresso dos jovens muito jovem na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, bem como seus desafios e perspectivas. Neste sentido, o trabalho propõe como objetivo geral discutir o processo de juvenilização da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e o atendimento a essa questão apresentado no documento Política de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual da Bahia – Aprendizagem ao Longo da Vida. Para tanto, algumas etapas se fizeram necessárias, quais sejam: entender a trajetória da EJA no Brasil; compreender o processo de juvenilização da EJA; conhecer e analisar a Política de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual da Bahia, dando ênfase para as propostas que o documento aponta especificamente para os jovens menores de 18 anos que estão inseridos na modalidade EJA. Desta forma, optou-se por adotar os pressupostos metodológicos dialogáveis com a pesquisa qualitativa com princípios que norteiam a pesquisa documental. No que tange a adoção de pressupostos teóricos foi utilizado reflexões de diversos autores que tem suas produções compatíveis com a proposta deste trabalho. A partir deste estudo foi possível compreender melhor o contexto relacionado à EJA e a sua importância no que tange a construção do conhecimento e a transformação social daqueles que compõe a classe trabalhadora visando à garantia de seus direitos. Além disso, foi possível perceber o quanto foi difícil, no decorrer destes anos, efetivar as Políticas construídas na perspectiva de promover um verdadeiro avanço no que tange a expansão com qualidade da Educação de Jovens e Adultos, e perceber que a Política de EJA da Bahia, apesar de ser uma boa iniciativa, ainda deixou muitas lacunas, se tornando omissa no que tange a atenção aos jovens que se encontram inseridos nessa modalidade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e adultos; Juvenilização; Política de EJA da Rede Estadual da Bahia.

ABSTRAT

This monograph aims to promote a discussion about young people's participation in youth and adult education, as well as their challenges and perspectives. In this sense, the main objective of this work is to discuss the process of juvenilization of youth and adult education in Brazil and the response to this question presented in the document on Youth and Adult Education Policy of the State Network of Bahia - Lifelong Learning. To do so, some steps were necessary, namely: understanding the trajectory of the EJA in Brazil; understand the juvenile process of the EJA; to know and analyze the Youth and Adult Education Policy of the Bahia State Network, giving emphasis to the proposals that the document specifically addresses for young people under 18 years old who are included in the EJA modality. In this way, we opted to adopt the methodological assumptions that can be discussed with qualitative research, with principles that guide documentary research. Regarding the adoption of theoretical assumptions, we used reflections of several authors that have their productions compatible with the proposal of this work. From this study it was possible to better understand the context related to the EJA and its importance in the construction of knowledge and the social transformation of those who make up the working class in order to guarantee their rights. In addition, it was possible to perceive how difficult it was during these years to carry out the Policies built in the perspective of promoting a real advance in the expansion of the quality of Youth and Adult Education, and to realize that the EJA Policy of Bahia, despite being a good initiative, still left many gaps, becoming oblivious in what concerns the attention to young people who are included in this modality.

Keywords: Education. Young people and adults. Juvenilization. Policy of EJA of the Bahia State Network.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1- HISTORIANDO A EJA, NO BRASIL, E SEU RECENTE PROCESSO DE JUVENILIZAÇÃO.....	16
1.1 PERCURSO COSTITUTIVO DA EJA NO BRASIL.....	16
1.2- A JUVENILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	22
2 - A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE ESTADUAL DA BAHIA – APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA.....	30
2.1-ANÁLISE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE ESTADUAL DA BAHIA.....	35
3-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
4-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

INTRODUÇÃO

O ingresso na Universidade nos possibilita ter contato com tudo o que há de mais diverso na sociedade na qual nós estamos inseridos. É essa diversidade que nos possibilita ter acesso a tudo àquilo que tem suas características próprias, seja cultura, religião, crenças, valores, ações, singularidades, perspectivas, histórias de vida, enfim, toda uma herança cultural que só quem vivencia, sabe descrever e sabe de fato o valor que esta representa.

É também na Universidade que desenvolvemos uma postura, muitas vezes sensível, frente aos mais variados acontecimentos que perpassam por nós. Deixamos de olhar as coisas simplesmente por olhar e aprendemos a construir um olhar panorâmico, um olhar mais amplo e delicado diante desses acontecimentos, a fim de tentar resolvê-los da melhor maneira possível levando em consideração a adoção de um posicionamento firme e democrático.

Entretanto, o que há de mais importante em relação a tudo isso é que essas vivências, promovidas durante o Curso, me proporcionaram um grande aprendizado e um crescimento tanto pessoal, quanto acadêmico, que se somarão aos demais conhecimentos adquiridos ao decorrer deste, além de desenvolver em nós, estudantes, um sentimento de busca por melhorias a fim de contribuir para a transformação social de inúmeras pessoas, que em sua totalidade estiveram por muito tempo esquecidas, principalmente pelo poder público.

Dentro desta perspectiva de discussão sobre a exclusão de algumas pessoas, a proposta deste estudo se pauta em fazer uma discussão sobre o ingresso dos jovens muito jovens na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando o processo de juvenilização pelo qual esta vem passando.

A relevância de discutir esta temática, na universidade, se dá pelo fato de que pouco se trata sobre as questões que perpassam a Educação de Jovens e Adultos, especificamente sobre a sua crescente juvenilização, causas, consequências e possibilidades de enfrentamento desse processo. No Centro de Formação de Professores- CFP da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, por exemplo, as únicas abordagens feitas à EJA, no Curso de Pedagogia, acontecem apenas no 7º semestre, quando são ofertados dois componentes: um de estágio supervisionado e outro de ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos.

A promoção de discussões sobre a EJA dentro das universidades, nos cursos de licenciatura, é importante porque deve haver toda uma preparação para que o futuro docente possa vir atuar dentro nessa modalidade, levando em consideração que este deve construir um olhar mais atencioso diante das especificidades que esta possui. Desse modo, quanto mais

ampliadas forem essas discussões, mais preparado o futuro profissional se sentirá para atuar com este público.

É sabido que a Educação de Jovens e Adultos, no decorrer de sua história, tem enfrentado grandes desafios no que se refere aos mais diversos contextos, dentre estes está a formação de educadores para atuar nessa área, portanto é de extrema importância que as academias proponham diálogos que possa contribuir para que os futuros educadores possam de fato desenvolver um trabalho docente de qualidade, colocando em evidência a potencialidade e as especificidades de seus educandos.

Neste sentido, os protagonistas dessa modalidade se caracterizam por serem pessoas com uma bagagem de vida valiosíssima, que carregam consigo histórias, aventuras, ricas experiências, ou seja, uma cultura extremamente complexa que chama a atenção de todos que se interessam em conhecer a sua verdadeira forma de vida. São pessoas que, apesar da limitação da pouca escolarização, dos estereótipos de negação, conseguem produzir sua existência.

Sobre a preparação para a atuação do professor, Freire contribui dizendo que:

É preciso que o professor proponha uma concepção de educação libertadora, a qual almeja, a partir das experiências vividas cotidianamente pelo aluno, a constituição de um processo emancipador na qual a leitura está intimamente vinculada à transformação social com a superação da opressão. Neste sentido, ressalta-se a necessidade de respeitar os saberes dos educandos, suas realidades, pois impor ‘a eles a nossa compreensão em nome da sua libertação é aceitar soluções autoritárias como caminhos para liberdade. (FREIRE, 2003, p. 27).

As universidades, na condição de espaço de formação docente, precisam investir mais em discussões que visem contribuir para os processos de ensino-aprendizagem dessa modalidade, contemplado, nessas discussões, todas as especificidades do público que está inserido nas turmas de EJA, inclusive os diferentes tempos de vida.

No que tange a sua relevância social, a Educação de Jovens e Adultos existe para atender às demandas de sujeitos historicamente não incluídos. No geral, o público que compõe as classes da EJA é, em sua maioria, de pessoas da classe popular que lutam constantemente para atender as suas próprias necessidades na busca de se ver e se considerar como um verdadeiro cidadão diante da sociedade na qual está inserido. São pessoas que carregam consigo a marca da exclusão social, e que não tiveram acesso aos bens materiais e culturais essenciais para uma vida verdadeiramente digna. Nessa direção, Scheibel e Lehenbauer expõem que:

A educação tardia de jovens e adultos relaciona-se diretamente à situação socioeconômica destes, ou seja, à distribuição de renda, consumo de alimentos, desnutrição, inserção no mercado de trabalho. São sujeitos com nome, mas sem registro, sem certidão de nascimento, muitas vezes. São sujeitos excluídos das

benesses sociais, dos significados de cidadania, inclusão social. Excluídos de um mercado de trabalho oficial, sem direito à moradia. (2008, p.142).

É preciso ter em vista que não é qualquer adulto e não é qualquer jovem que está inserido dentro destas turmas, são jovens e adultos, são trabalhadores e trabalhadoras, pais e mães de família, adolescentes e jovens que por sua condição social sofreram preconceitos, limitados no desempenho de seus direitos de cidadãos. Contrapondo a isso, Haddad (2007, p.15) afirma que:

... seja de ordem material ou de ordem dos bens simbólicos, como no caso da educação, é preciso também reconhecer que tais sujeitos da EJA são homens e mulheres que mantêm um protagonismo na sociedade brasileira, carregados de trajetórias diversas, de conquistas e fracassos, que conformam os sujeitos históricos que são. Portanto, conhecer essa característica ativa dos sujeitos é reconhecer que, para além da trajetória de carência, há uma trajetória de conquista e luta que faz parte do cotidiano dos setores populares e que determina as lutas históricas da construção das sociedades onde vivem.

De acordo com isso, a Educação de jovens e Adultos se configura como uma modalidade que visa promover a inclusão social daquelas pessoas que estiveram historicamente excluídos do seu direito de cidadania, bem como a sua autonomia e a sua emancipação. Fávero e Pinheiro (2012, p. 216) afirmam que:

fazer uma educação para pessoas jovens e adultas para a *emancipação humana* é realizar processos educativos que alimentam uma teoria pedagógica, cujos vetores político-humanistas estejam voltados para a conquista coletiva da emancipação, da liberdade, da igualdade, da justiça e da felicidade.

Para além disso, a EJA também possibilita que seus educandos, que por diversos motivos não conseguiram ingressar ou permanecer na escola na idade dita apropriada pela Legislação, consigam ter acesso a uma gama de conhecimentos que contribuirão para a construção de uma consciência crítica que os auxiliarão na busca por mudanças sociais e no enfrentamento de problemas que resulte na igualdade social. A Educação de Jovens e Adultos se torna um relevante meio de fazer com que os sujeitos recuperem seus direitos historicamente violados, levando estes a construir a sua verdadeira cidadania, além de contribuir para que estes sujeitos possam reconstruir as suas histórias de vida.

O interesse em discutir sobre o processo de juvenilização na Educação de Jovens e Adultos se deu a partir de uma experiência enriquecedora em uma turma de EJA, durante o estágio supervisionado proposto pelo Curso de Pedagogia da UFRB-CFP. Nesta experiência, enfrentamos alguns problemas por ter que trabalhar em uma turma onde aproximadamente 90% dos alunos eram adolescentes, com faixa etária a partir dos 14 aos 18 anos de idade. De início, foi um grande susto, visto que, quando se pensa em uma turma de EJA, o que logo nos remete é a uma sala composta por jovens e adultos, e não por adolescentes e/ou jovens.

Desse modo, o que eu pude notar, a partir desse estágio, foi que a Educação de Jovens e Adultos de hoje se apresenta com uma configuração e com uma identidade discrepante no que tange à comparação com as turmas da EJA de alguns anos atrás, e foi essa situação que me inquietou e me fez aprofundar mais nessa temática, visto que é algo que está cada vez mais se intensificando dentro desse contexto.

Nesse estágio supervisionado, tivemos a oportunidade de ter contato com as mais variadas culturas e as mais impressionantes histórias de vida que por si só se tornaram conhecimentos valiosíssimos que infelizmente são pouco valorizados tanto pela academia, quanto por alguns cenários da sociedade, uma vez que são prezados apenas os conhecimentos que são de base científica.

A EJA é um direito e está claramente amparado por lei. Entretanto, o que se percebe é que há uma invisibilidade nesta modalidade por parte do Estado, que deixa de cumprir seu papel no que tange ao oferecimento de um ensino de qualidade. Sobre a EJA ser um direito constitucional, Haddad (2007, p. 08) diz que:

A EJA é uma conquista da sociedade brasileira. O seu reconhecimento como um direito humano veio acontecendo de maneira gradativa, ao longo do século passado, atingindo sua plenitude na Constituição de 1988, quando o poder público reconhece a demanda da sociedade brasileira em dar aos jovens e adultos que não realizaram sua escolaridade o mesmo direito que os alunos dos cursos regulares que frequentam a escola em idades próprias ou levemente defasadas.

Apesar de alguns investimentos governamentais propostos para atender às demandas da modalidade EJA, ainda pode se compreender que há muito o que se fazer. Há muito que se investir para que de fato a Educação de Jovens e Adultos tenha avanços mais significativos que vise de fato uma educação de qualidade, tencionando a garantia de que todos, independente da classe, faixa etária e condição social consigam, através da educação, uma qualidade de vida melhor, e para isso é preciso que a Educação de Jovens e Adultos seja vista como um olhar mais delicado, dando importância às suas especificidades.

É importante que os indivíduos, enquanto educadores sejam chamados a conhecer os interesses específicos desse público mais jovem, vindo, muitas vezes, de uma trajetória de fracassos, que pensa e aprende de maneira distinta e precisa se habituar a uma nova realidade. É preciso que se suscitem estratégias que visem garantir não só o acesso, mas principalmente a permanência desses jovens dentro das mais diversas instituições de ensino, levando em consideração que nem mesmo as Políticas voltadas para as turmas da EJA, são desenvolvidas de maneira que se alcance o êxito.

O ingresso dos jovens tão jovens, nas turmas da EJA, acaba por se tornar preocupante, tornando-se urgente reconhecer os motivos que estão ocasionando o direcionamento desses

sujeitos para essas turmas, levando em consideração que o currículo e o planejamento construídos para esta modalidade não é pensado para atender o perfil e as especificidades desse público. Como se tratam de adolescentes é preciso que se repensem Políticas que venham atender as suas especificidades. Um currículo que corresponda aos grupos atendidos, prezando pelas suas diferentes realidades, sua maneira de ser e de estarem no mundo, suas perspectivas, etc. Sobre isso, Paiva afirma que:

Traçar políticas de direito com os sujeitos a quem são devidas essas políticas tem sido o desafio maior de gestores e de forças organizadas da sociedade, o que significa levar em conta saberes cotidianos, prévios, quase sempre ignorados pelos espaços escolares institucionalizados, que encobrem experiências sociais, históricas, culturais, de classe, de sociedade, de professores e de alunos, evitando trançar histórias e trançar com elas saberes, conhecimentos, produzidos nessa vida cotidiana, formando redes que passam a emergir, na realidade da escola, como emergem na realidade da vida. (PAIVA, 2011, P.15).

Ainda sobre a necessidade de compreender as especificidades do público mais jovem da EJA, e a busca de iniciativas que visem contemplá-los, o CONJUVE- Conselho Nacional de Juventude (2011, p. 33) afirma que:

Tendo em vista esses limites, no que se refere à EJA, observam-se iniciativas governamentais, como o Brasil Alfabetizado, que amplia a oferta de cursos, o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos e a sua distribuição por meio do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA). O Programa Brasil Alfabetizado, especialmente, passou por constantes avaliações desde a sua implantação, sobretudo no que tange à qualificação do processo educacional e à mobilização do seu público-alvo, e, após ser integrado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foi redesenhado na tentativa de assegurar prioridades de atendimento e de melhorar as suas condições de operacionalização.

A sociedade, em geral, e a escola, em particular, muito tem julgado que o fato de adolescentes estarem inseridos nas turmas da EJA é que eles não estudaram na idade “certa” porque não quiseram, por que são vândalos, baderneiros, preguiçosos, que não querem nada de bom pra vida, enfim. Porém, não levam em conta que são pessoas oriundas da classe popular, que precisam trabalhar mais cedo, pois sustentar suas famílias e se sustentar, bem como a falta de sentido que o conhecimento ofertado pela escola tem para a vida desses sujeitos à medida que se apresentam desconectados do cotidiano dos mesmos. A sociedade, em sua maioria, não compreende que o contexto social e econômico dessas pessoas não lhes dão garantias ou muitas escolhas.

Esses jovens que, de uma maneira singular, já crescem inseridos no mundo do trabalho, de modo geral, adentram as turmas da EJA com a real intenção de finalizar as etapas da sua escolaridade a fim de conquistar melhores oportunidades no mercado de trabalho e conseqüentemente estarem aptos para conviver em um mundo letrado.

A proposta desta pesquisa foi refletir sobre a seguinte questão: Porque a Educação de Jovens e Adultos está se juvenilizando e como essa questão está contemplada pela Política de EJA do estado da Bahia?

Para responder a esta problemática, este trabalho teve como objetivo geral discutir o processo de juvenilização da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e o atendimento a essa questão apresentado no documento Política de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual da Bahia – Aprendizagem ao Longo da Vida.

Nesse sentido, algumas etapas se fizeram necessárias quais sejam: entender a trajetória da EJA no Brasil; compreender o processo de juvenilização da EJA; conhecer e analisar a Política de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual da Bahia, dando ênfase para as propostas que o documento aponta especificamente para os jovens menores de 18 anos que estão inseridos na modalidade EJA.

O documento Política de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual da Bahia – Aprendizagem ao Longo da Vida foi encaminhado para as escolas, no segundo semestre de 2009, com a perspectiva de contribuir com o trabalho pedagógico das escolas. A proposta que constitui o documento engloba mudanças nos conteúdos, na metodologia e na avaliação, e que deve haver o diálogo entre educandos e educadores para que esta se realize. O objetivo deste documento é orientar os trabalhos das instituições escolares, bem como contribuir com a organização do Currículo, dando subsídios para o acompanhamento da aprendizagem de educadores e educandos.

A intenção desta Política se pauta em uma Proposta Curricular organizada por Tempos Formativos, Eixos Temáticos e Temas Geradores, onde estes últimos se estruturam e se aplicam nas diversas áreas do conhecimento. Nesta perspectiva, os sujeitos da EJA deixam de ser educados por meio das disciplinas e começam a ser instruídos por áreas de conhecimentos, que a partir de então tem a missão de explicitar as mais diversas questões que permeiam nos contextos sociais, políticos e econômicos da sociedade. Nesta dinâmica, o documento ainda compreende que o acesso aos diversos saberes culturais e socialmente construídos se dá de forma equitativa, sem hierarquia de uma área de conhecimento sobre as demais (BAHIA, 2009).

Para o desenvolvimento do presente trabalho, buscou-se utilizar uma abordagem qualitativa que para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

De forma mais específica, trata-se de uma pesquisa documental. Segundo Gil,

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes: enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2002, p.45).

Ainda de acordo com o autor, na pesquisa documental, há os documentos de “primeira mão” que não recebem nenhum tratamento analítico, como os que estão arquivados por órgãos públicos e instituições privadas, e há também os documentos que podem ser considerados de segunda mão, que são aqueles que já foram analisados, como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, etc.

No caso deste estudo, a escolha desse tipo de pesquisa se deu por não existirem muitas análises da Política em questão, especialmente no que tange à questão da juvenilização da EJA. Para melhor compreensão, a monografia foi estruturada em dois capítulos. No capítulo (I), foi feita uma rápida revisão sobre a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil onde se pôde compreender as mudanças históricas que contribuíram para que a educação de Jovens e Adultos conseguisse alcançar a configuração dos dias atuais. Esse capítulo traz também uma discussão sobre a juvenilização da EJA. Além disso, foi feita, ainda neste capítulo, uma apresentação do documento Política da Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual da Bahia.

O capítulo (II) apresenta-se a Política da Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual da Bahia – Aprendizagem ao longo da vida, bem como se realiza a discussão para compreender sobre as propostas que o documento apresenta acerca dos jovens adolescentes da EJA.

I – HISTORIANDO A EJA, NO BRASIL, E SEU RECENTE PROCESSO DE JUVENILIZAÇÃO

1.1 PERCURSO CONSTITUTIVO DA EJA NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica que garante a educação escolar de jovens, adultos e idosos que, por diversas razões, não conseguiram ter acesso à escola na idade considerada certa pela Legislação.

A educação das pessoas jovens, adultas e idosas, no Brasil, por muito tempo, foi vista apenas como uma forma de conduzir a alfabetização de adultos. Para se compreender um pouco da história da EJA, no país, é necessário levar em consideração alguns acontecimentos que perpassaram os contextos sociais, políticos e econômicos e que contribuíram para garantir os interesses educacionais dessa parcela da população.

Esse direito histórico foi reconhecido, no contexto do processo e democratização da sociedade brasileira, que, na década de 1980, lutava para implementar uma nova ordem jurídica e democrática que pudesse estabelecer um novo patamar de convivência depois de 20 anos de ditadura (HADDAD, 2007). A educação de jovens e adultos passou por grandes mudanças, ao longo de sua história, para que alcançasse sua configuração atual e para que pudesse se garantir como um direito constitucional. De acordo com Haddad (2007), a conquista do direito à EJA foi marcada pela forte presença da sociedade civil na reivindicação de direitos e de maior participação nos rumos da gestão pública. É neste cenário que a sociedade se organizou na luta pelos direitos educacionais dos jovens e adultos.

A prática de ensinar os jovens e adultos é um ato antigo, que teve início especificamente no período colonial, com os jesuítas, que tinham o objetivo de expandir o cristianismo e doutrinar o comportamento dos índios e, também de alguns escravos. Do período colonial até meados do século XX, a educação de adultos não era vista como algo importante para a sociedade. A educação destinada à classe popular, quando ocorria, era apenas centrada para as crianças. Di Pierro (2008, p. 20) afirma que até fins do século XIX, as oportunidades de escolarização eram muito restritas, acessíveis quase que somente às elites proprietárias e aos homens livres das vilas e cidades, minoria da população.

Souza (2007, p. 25) diz que:

No início do século XX, estava em debate a obrigatoriedade do ensino. [...] As preocupações em torno da educação resumiam-se às questões da obrigatoriedade, da gratuidade, do auxílio governamental, do preparo dos professores, do ensino profissional e da educação das pessoas adultas analfabetas.

Souza (2007) colabora com a discussão apresentando algumas considerações de Paiva (2009) afirmando que houve um aumento nos números de profissionais da educação, houve a aceitação do ensino leigo e, também, grandes mudanças no cenário político e cultural da escola, fazendo com que uma nova concepção de escola seja pensada. Nesse sentido, novas reformas educacionais foram criadas, estando ao mesmo tempo ligadas aos projetos políticos do governo.

Afirma ainda que, somente após a Revolução Industrial, ocorrida na década de 1930, no Brasil, apareceram algumas propostas de educação de adultos que apresentavam alguma relevância. Dentre estas, ressalto o Ensino Supletivo que foi aprovado pela legislação e, concomitante a isso, surgiram cursos de educação profissional para adultos, além de outras iniciativas isoladas.

Nessa direção, Souza (2007, p.28 apud Paiva 2009) explica que:

Entre 1932 e 1937 a matrícula geral em todo país no ensino supletivo havia se elevado de 49.132 a 120.826, crescendo a matrícula efetiva de 39.049 para 89.916 e as unidades escolares e 663 para 1.666. [...] o favorecimento a educação dos adultos em larga escala só encontraremos com a regulamentação do Fnep [...] a abertura política propiciou o florescimento de movimentos isolados de educação de adultos, surgindo Universidades Populares organizadas segundo o modelo europeu e vinculadas a instituições de ensino ou a bibliotecas. Seus promotores preocupavam-se com a difusão cultural e com a promoção de programações para o lazer, cursos de extensão, centros de debates, clubes de estudos e fóruns.

As primeiras iniciativas oficiais relacionadas à educação de adultos datam da década de 1940, quando a criação do Fnep, em 1942. Segundo Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p.59),

No Brasil, a educação de adultos se constitui como tema de política educacional sobre tudo a partir dos anos 40. A menção à necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em textos normativos anteriores, como na pouco duradoura Constituição de 1934, mas é na década seguinte que começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola. Essa tendência se expressou em várias ações e programas governamentais, nos anos 40 e 50. Além de iniciativas nos níveis estadual e local, merecem ser citadas, em razão de sua amplitude nacional: a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947, da Campanha de Educação Rural iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958.

Souza (2007) contribui com a discussão, afirmando que a primeira Campanha de Educação de Adultos (CEA), ou Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), foi criada em 1947 e extinta em 1963. Esta tinha como objetivo expandir entre as massas os postulados do novo regime político a democracia liberal. Lopes e Souza (2005, P. 04) afirmam ainda que:

A CEAA tinha duas intenções. ‘Uma delas era alfabetizar uma grande parcela da população e a outra era capacitar essas pessoas profissionalmente’. Nesta afirmação,

podemos concluir mais uma vez que a intenção do governo não era proporcionar uma educação de qualidade, muito menos expandi-la afim de que todos pudessem ter acesso como um meio de proporcionar a formação de sujeitos, muito menos contribuir para a formação de sujeitos críticos. O objetivo do governo era o de preparar sujeitos para atender às demandas do mercado de trabalho presentes nos diferentes setores da sociedade.

Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001) afirmam que a CEAA, campanha liderada por Lourenço Filho, como política governamental, exprimia o entendimento da educação de adultos como peça fundamental na elevação dos níveis educacionais da população em seu conjunto. Além do necessário enfrentamento direto do problema do analfabetismo adulto, Lourenço Filho já então destacava os efeitos positivos da educação dos adultos sobre a educação das crianças, ambas componentes indissociáveis de um mesmo projeto de elevação cultural dos cidadãos.

Como consequência, esta campanha deu também lugar à instauração, no Brasil, de um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas consequências psicossociais; entretanto, ela não chegou a produzir nenhuma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos, nem um paradigma pedagógico próprio para essa modalidade de ensino (DI PIERRO, JOIA E RIBEIRO, 2001).

Ferreira (2015, p.37) afirma que:

Quando Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência da República, em 1956, essas campanhas ainda estavam em vigor, mas as pesquisas sobre a situação educacional da população brasileira não era satisfatória, indicando a ineficácia de campanhas de alfabetização em massa. Então, os técnicos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) propuseram uma campanha que abrangesse apenas alguns municípios, que serviriam de ‘laboratório’.

É nesse cenário que Paulo Freire se destaca por sua proposta de alfabetização. Di Pierro (2008) aponta alguns programas empreendidos por intelectuais, estudante e católicos engajados na ação política, nesse período, como por exemplo, o Movimento de Cultura Popular do Recife que reuniu alguns nomes como o próprio Paulo Freire, Germano Coelho, Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Abelardo da Hora, Aloízio Falcão, Francisco Brennand e Luís Mendonça. É, nesse contexto, que Paulo Freire inicia uma experiência de alfabetização na cidade de Angicos, no Rio grande do Norte.

A inovação metodológica de Paulo Freire era propor uma aprendizagem que começasse pela discussão de temas geradores de caráter político-social, em lugar de cartilhas. A partir dos temas, seriam extraídas palavras-chaves do universo vocabular dos aprendizes que, depois, seriam desmembradas em sílabas, dando origem às famílias silábicas. Das combinações de sílabas surgiam, então, novas palavras (FERREIRA, 2015).

A abordagem Freiriana acredita que todos os sujeitos, independente de cor, idade, classe ou religião podem transformar sua própria realidade por meio da educação, permitindo que estes pudessem ter acesso à leitura e à escrita como meio principal para alcançar a verdadeira cidadania, para isso era preciso democratizar o espaço escolar e introduzir nos currículos a cultura popular.

Em 1961, segundo Souza (2007), foi criado o Movimento de Educação de Base (MEB) que passou a atuar na educação de jovens e adultos:

Tratava-se de um convênio entre governo federal, Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). ‘As aulas eram elaboradas pelas equipes centrais e transmitidas às escolas radiofônicas, onde o monitor voluntário estabelecia as ligações entre os seus conteúdos e a atividade dos alunos e, em seguida, promovia debates sobre os temas focalizados pelo professor-locutor.

No entanto, em 1964, todos os movimentos de alfabetização vinculados a movimentos politicamente progressistas foram encerrados. Era o período em que se instaurou a ditadura militar, fazendo com que todas as questões que estavam ligadas ao fortalecimento de uma cultura popular fossem condenados e todos os avanços conquistados, dentro do contexto da Educação de Jovens e Adultos, também foram interrompidos. Sobre isso, Lopes e Souza (2005, p.06) afirmam que:

O Movimento de Educação de Bases (MEB) sobreviveu por estar ligado ao MEC e à igreja Católica. Todavia, devido às pressões e à escassez de recursos financeiros, grande parte do sistema encerrou suas atividades em 1966. A década de 70, ainda sob a ditadura militar, marca o início das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização – o MOBREAL, que era um projeto para se acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. Após esse período, quando já deveria ter sido cumprida essa meta, o Censo divulgado pelo IBGE registrou 25,5% de pessoas analfabetas na população de 15 anos ou mais. O programa passou por diversas alterações em seus objetivos, ampliando sua área de atuação para campos como a educação comunitária e a educação de crianças.

Di Pierro (2008) colabora com a discussão dizendo que, durante a ditadura militar, a Educação de Jovens e Adultos, promovida pelo governo, colaborou na manutenção da coesão social e na legitimação do regime autoritário, nutrindo o mito de uma sociedade democrática em um regime de exceção.

Conforme a autora, o Mobreal, criado em 1967, foi expandido por todo o país, entretanto, sua proposta de acabar com o analfabetismo não deu certo e acabou sendo extinto em 1985 e foi substituído pela Fundação Educar. Sobre esta Fundação, Souza (2007, p. 35) afirma que:

Esta nova Fundação deveria fomentar programas destinados àqueles que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos. A fundação era vinculada ao MEC e atuava com o apoio financeiro das prefeituras municipais ou de associações da sociedade civil.

Nesse cenário, a Educação de Jovens e Adultos começa a ser vista como uma possibilidade dos indivíduos das classes menos favorecidas estarem em pé de igualdade com os demais, em uma sociedade que muitas vezes marginaliza e exclui ao invés de incluir e acolher.

Haddad (2007) diz ainda que, nesse mesmo período, com o processo de redemocratização do sistema político, houve uma forte presença da sociedade civil na reivindicação de direitos e de maior participação nos rumos da gestão pública, o que contribuiu para incorporar uma nova concepção de Educação de Jovens e Adultos às normas e diretrizes nacionais da educação básica.

Em 1988, com a criação da Constituição Federal, foi concedido aos jovens e adultos o direito ao ensino fundamental público gratuito, depois ampliado para a educação básica; e comprometeu os governos com a superação do analfabetismo e a provisão do ensino elementar para todos (DI PIERRO, 2008).

Mas, apesar desse direito estar garantido na nossa Constituição, os encaminhamentos para serem tomados em relação a EJA não foram os esperados. Em relação a isso, Haddad (2007, p.197) fala que “nem se concretizou, como decorrência da conquista desse direito, um sistema nacional articulado de atendimento que permita que todos os cidadãos e cidadãs acima de 14 anos possam, pela escolarização, enfrentar os desafios de uma sociedade como a brasileira”.

Esse mesmo autor salienta que, em meados dos anos 90, foram feitas várias reformas no sistema educacional de ensino, e especificamente em 1995, o governo federal fez algumas mudanças a fim de estruturar ou minimizar o gasto público, ou seja, fez diversos cortes com o discurso de estabilizar a economia. Nessa perspectiva, o governo centra seu olhar com prioridade apenas no Ensino Fundamental Regular. E a Educação de Jovens e Adultos? Esta passa a ser deixada à margem das prioridades das políticas públicas de âmbito nacional.

Di Pierro (2008) diz que as políticas educacionais dos anos 1990 não corresponderam às expectativas geradas pela Constituição, principalmente pelo fato dessas políticas priorizarem a universalização do acesso apenas de crianças e adolescentes no ensino fundamental. Os outros níveis e modalidades de ensino, como a Educação de Jovens e Adultos, ficaram para segundo plano. Nesta perspectiva Saviani salienta que:

Temos uma política de desobrigação, onde o Estado juntamente com a Educação Pública não apoia a educação e cada vez mais há exclusão de crianças, jovens e adultos, ocorrendo uma desigualdade social. O movimento popular no Brasil há muito vem denunciando essas condições da educação e o caráter economista que os governos têm atribuído a ela. A educação brasileira limitou-se, ao longo de sua história a atender aos interesses das elites, visando formar, entre elas, os dirigentes e

tendo-se voltado para o povo nos limites da formação de mão de obra e de inculcação ideológica para direcionar a escolha dos governantes. (SAVIANI, 1997, p. 56).

Podemos perceber o quanto as políticas públicas direcionadas para a modalidade de ensino EJA não se efetivaram, no decorrer desses anos. Di Pierro (2008) lembra que o direito das pessoas jovens e adultas foi reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB). A Educação de Jovens e Adultos foi garantida como dever do Estado em 1937, porém, esse direito só foi de fato formalizado em Lei como dever de oferta obrigatória do Estado a partir da Constituição de 1988 e reafirmado pela LDB de 1996, especificamente no artigo 4º, parágrafo 01, onde dizia que “[o Estado deve ofertar] ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. (BRASIL, 1996).

Nesta perspectiva, é só em 1996, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que a Educação de Jovens e Adultos passa a ser considerada uma modalidade da Educação Básica.

Atualmente, esta Lei foi reformulada e, como consequência, o Estado passa a ofertar, obrigatoriamente, a Educação Básica para toda a população. Para além disso, em 2000, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. (Souza, 2007, p.36).

A constituição e a LDB atribuem responsabilidades específicas a União, aos estados e aos municípios, determinando que cada instância organize o respectivo sistema de ensino em regime de colaboração com as demais, cooperando entre si para garantir o ensino obrigatório. A alfabetização e o ensino fundamental e médio de jovens e adultos compõem esse campo de responsabilidades compartilhadas que exigem a colaboração dos municípios, estado e União, cabendo ao governo federal às funções de coordenação das políticas nacionais, de articulação e apoio técnico e financeiro às demais instâncias (DI PIERRO, 2008).

Não podemos esquecer de mencionar a VI CONFITEA, realizada em março de 2009, aqui no Brasil. Nessa Conferência, o tema foi: “Vivendo e aprendendo para um futuro viável: o poder da aprendizagem e da educação de adultos”. Dessa conferência, renovam-se alguns indicativos, já evidenciados em outros momentos, sobre a educação, como: a educação como um direito universal e inalienável de todos (crianças, jovens, adultos, idosos), em qualquer período da vida e a importância da EJA para o Brasil que ainda conta com 13 milhões de pessoas não alfabetizadas e mais de 30 milhões de analfabetos funcionais.

Diante do que foi exposto, podemos ter uma breve noção da trajetória percorrida, no contexto da educação pública, no Brasil, para que a EJA alcance a condição de direito, mesmo que ainda não seja um direito efetivado.

Fazendo uma breve comparação com os dias atuais, podemos concluir que houve uma grande expansão no número de escolas que atendem às turmas da Educação de Jovens e Adultos, entretanto, pode-se afirmar que, apesar de estar atendendo uma grande parte da sociedade, estas infelizmente atuam de uma maneira completamente precária em diversos sentidos, seja no que tange à estrutura física, infraestrutura, currículo, formação de professores, recursos didáticos, etc.

Desse modo, todos estes desafios influenciam para que o ensino da EJA continue sendo ofertado de forma empobrecida, pois não adianta ter escolas e não ter um ensino que seja de fato de qualidade. E uma escola que cumpre seu real papel, prestando um serviço que promova a aprendizagem e a construção da visão crítica de seus alunos, com certeza também está contribuindo para a participação social destes sujeitos e, conseqüentemente, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

É de extrema importância relatar que, apesar dos avanços nas discussões que perpassam no contexto da Educação de Jovens e Adultos e dos desafios que esta enfrenta, e enfrentou, muitas iniciativas deixaram de ser tomadas, o que impediu que esta modalidade de ensino obtivesse mais êxito.

2.2 A JUVENILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No universo da complexa rede de desafios da EJA, na atualidade, está a presença cada vez mais marcante de muitos jovens na Educação de Jovens e Adultos. É preciso salientar que, neste trabalho, quando falamos de jovens, estamos nos referindo a jovens muito jovens, visto que, hoje, eles representam a maioria dos estudantes das turmas dessa modalidade.

Sabemos que a Educação de Jovens e Adultos se caracteriza por atender o público jovem, os adultos e as pessoas idosas, porém o que nos causa estranheza é o fato desta modalidade estar recebendo jovens com uma faixa etária cada vez mais baixa. A preocupação é que esses jovens estão ocupando um espaço que, de modo geral, foi planejado e destinado a um público com mais idade, o que se iguala é apenas o objetivo: que é ter uma nova oportunidade de aprender, visto que eles tiveram esse direito negado no passado.

diversas pesquisas realizadas no Brasil vêm apresentando reflexões sobre a questão da ampliação do atendimento à juventude, pela Educação de Jovens e Adultos.

Entretanto é preciso fazer algumas considerações sobre o que é que de fato estão levando estes sujeitos para estes espaços, uma vez que são jovens com carência e trajetórias escolares incompletas e que buscam através da EJA oportunidades que até então não conseguiram. (FERNANDES, 2008 apud SILVA 2010, p.9).

Nesse sentido, Carrano (2007) afirma que:

Nos últimos anos, houve o aumento do interesse das pesquisas sobre a presença das 'juventudes' na EJA. Isso ocorre principalmente pela presença cada vez mais acentuada dos 'jovens' nessa modalidade educativa - seja pelo reconhecimento dos mesmos como sujeitos concretos inseridos nos processos educativos formais (já que nas décadas passadas essa categoria 'jovens' encontrava-se subsumida na categoria 'adultos', como demonstra os estudos sobre os 'Exames de Madureza'), seja pela inadequação dos currículos apresentados a esse público nos anos finais do Ensino Fundamental regular. No entanto, o surgimento ou 'reconhecimento' desses jovens - acabam por desestabilizar a 'normalidade' dos padrões escolares efetivados na EJA, ainda que essa dívida, no Brasil, de apoio governamental e parâmetros legais que garantam a efetividade da oferta escolar básica, para todos os cidadãos, esta preconizada em nossa Carta Magna.

A partir de reflexões como essas, pode-se considerar que a Educação de Jovens e Adultos está vivenciando um processo de juvenilização, levando em conta a sua nova identidade que se caracteriza pela presença marcante de jovens oriundos de escolas regulares com singularidades bastante distintas.

O processo de juvenilização começa a dar sinais no cenário brasileiro a partir dos anos 1990. Este foi um marco extremamente importante, visto que até então os sujeitos que fazem parte desta categoria foram historicamente esquecidos durante décadas.

Carrano (2007) colabora afirmando que:

Tais aspectos relativos à presença do jovem são incipientes no campo da EJA e para enfrentar esse desafio de 'juvenilização da EJA', deveríamos buscar alternativas para a produção de espaços culturalmente significativos para atendimento dessa diversidade de sujeitos jovens – não apenas alunos. O que propicia a reflexão sobre quem é esse sujeito, porque ingressou numa sala de EJA e como desenvolver um trabalho que atenda de forma mais adequada suas especificidades. (2007, p.1).

No Brasil, desde 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, é considerada população jovem quem se encontra entre 15 até 29 anos, levando em conta o aumento do tempo dedicado à formação escolar e profissional, a permanência maior com as famílias de origem, assim como as dificuldades para se conseguir principalmente o primeiro emprego, o que implica a necessidade de mais proteção social quanto às vulnerabilidades e à ideia de que em tal faixa de idade não se deveria precisar trabalhar, mas estar apenas estudando para conseguir melhor colocação na vida e ter mais tempo para formação, ou em trabalhos que colaborassem na formação dos jovens e fosse gratificante (CASTRO e ABROMOWAY , 2015).

Já Di Pierro (2008, p. 36) diz que:

Uma das inovações introduzidas pela LDB foi reduzir a idade mínima para a conclusão dos exames supletivos de ensino fundamental e médio para 15 e 18 anos (antes, as idades mínimas exigidas eram, respectivamente, 18 e 21 anos). Como a LDB não foi específica, coube ao Conselho Nacional de Educação (CNE) criar normas sobre a duração mínima dos cursos e a idade mínima de ingresso, bem como fixar Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.

Segundo a Lei e Diretrizes e Bases da Educação- LDB nº 9.394/ 96 e pela Constituição Federal de 1988, a Educação de Jovens e Adultos- EJA é destinada àquelas pessoas que, por diversas razões, interromperam seus estudos na idade regular, retornando a escola para dar prosseguimento a sua trajetória. É, nessa perspectiva, que esta referida Lei compreende a matrícula de jovens, a partir de 15 anos de idade, na modalidade EJA.

O artigo 37, parágrafo 1º, da LDB de 1996, assegura que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996, p. 2-3-15).

Melo e Santos citam o documento do Conselho Nacional da juventude (2006), afirmando que:

A juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa etária, a qual no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos. Por outro lado, a UNESCO utiliza a faixa etária de 15 a 24 anos para demarcar o período da juventude, por sua vez a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera as pessoas de 15 a 19 anos como adolescentes jovens e, pessoas de 20 a 24 anos como adultos jovens. (MELO e SANTOS, 2013, p.1).

O conceito de juventude varia de acordo com o momento histórico e com a cultura local de cada país. Os autores acima afirmam que para muitos, juventude é uma invenção de adultos, que impõe significados ao ser jovem. Assim adolescência e até juventude são rotuladas como fases de transição para o mundo adulto, de preparação para tal mundo, ou seja, o adolescente e o jovem não são considerados como um ser pleno, mas um projeto, um vir a ser que por sua imaturidade, presumida, precisa ser tutelado.

O Estatuto da Juventude dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE estabelece a faixa etária do jovem:

Parágrafo 1º - Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

Parágrafo 2º - Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente. (BRASIL, 2013)

Autores como Carrano (2007) compreende que o surgimento dos jovens como atores sociais significativos, em nossas sociedades, é algo recente e que esta fase ocorre de uma

forma diferente das outras das demais partes do mundo. A concepção de “juventudes” ainda está sendo construída em diversos outros lugares do mundo, e que, no Brasil, esta só veio ganhando sentido a partir de meados da década de 1980.

MELO e SANTOS (2013, apud Pais 2003) contribuem com a discussão. Sobre isso eles falam:

A juventude pode ser caracterizada por duas tendências: a primeira associa juventude a um conjunto de fatores sociais em uma determinada fase da vida que é definida pela faixa etária. A outra é constituída por jovens em condições sociais diferentes entre si que os diferenciam uns dos outros. Isto nos remete, segundo esse autor, a duas perspectivas distintas: a unidade e a diversidade. Inicialmente, quando se fixa numa fase da vida, considerando-se a faixa etária e, em seguida quando o que está em jogo é o conjunto social com toda a diversidade que o caracteriza, e com todos os elementos que constituem a sociedade, como os jogos de interesses e as características pessoais diferenciadas. Estas tendências se tornam mais perceptivas no espaço escolar, onde se passa o estranhamento, o confronto entre jovens, adultos e profissionais que aí atuam.

A juventude pode ser considerada como um período da vida onde o sujeito entra em um processo de construção de sua própria identidade. Essa construção irá definir sua forma de agir e de se comportar. É aqui também que este indivíduo começa a definir suas ideologias suas perspectivas e também suas expectativas de vida. Sobre isso, Carrano (2007, p.07) afirma que:

Os sujeitos, ao elegerem uma identidade, colocam-se em conflito com outros que a contestam. E a solução dos conflitos está relacionada com os recursos disponíveis aos contendores. A capacidade de escuta e argumentação são dois recursos fundamentais que quando deixam de existir provocam situações de violência. É importante que os educadores percebam isso, pois, muitos dos conflitos mal resolvidos existentes entre os jovens entre si e entre estes e as instituições são provocados pelas dificuldades de tradução de sinais que não são decifrados adequadamente pelos sujeitos envolvidos. É nesta situação que se processa uma crise de sentidos entre jovens, instituições e sujeitos adultos.

Ainda de acordo com Carrano (2007):

As identidades juvenis podem ser compreendidas a partir de três recortes. O primeiro recorte está relacionado ao espaço que se desdobra em duas dimensões: o espaço dado e o território como espaço construído. O espaço dado é representando pela cidade que preexiste aos indivíduos. O território, entretanto, é o espaço cotidiano construído pelos atores juvenis. O espaço nesta perspectiva se torna uma extensão do próprio sujeito onde se mesclam a identidade e a memória do grupo. O segundo recorte se relaciona com a alteridade, a necessidade do outro para a constituição do "nós" do grupo. O terceiro recorte se refere à necessidade de a identidade se mostrar para se manter. Os jovens atores urbanos transformam o espaço dado e anônimo da cidade em território onde constroem laços objetiváveis, comemoram-se, celebram-se, inscrevem marcas exteriores em seus corpos que servem para fixar e recordar quem são.

Estes jovens, tão diversos, se apresentam com diferentes culturas, diferentes etnias e diferentes religiões, nos contagiam com tamanhos saberes e com inúmeras experiências de vida enriquecedoras. São pessoas que, em sua totalidade, procuram as classes de EJA para

poder suprir uma lacuna que ficou vazia em suas vidas no passado. Se tratando de um fenômeno de Juvenilização, acredita-se que, por se tratar de jovens, as escolas em geral, deveriam ser pensadas significativamente para atender essa multiplicidade de jovens com heranças culturais tão diversas. Sobre a atuação das escolas na vida desses jovens, Carrano (2007, p.06) afirma que:

Além das dificuldades de acesso e permanência na escola, os jovens enfrentam a realidade de instituições públicas que se orientam predominantemente para a oferta de conteúdos curriculares formais e considerados pouco interessantes pelos jovens. Isso implica em dizer que as escolas têm se apresentado como instituições pouco abertas para a criação de espaços e situações que favoreçam experiências de sociabilidade, solidariedade, debates públicos e atividades culturais e formativas de natureza curricular ou extra-escolar.

Melo e Santos (2013 apud PAIS 1990) afirmam, ainda que:

A juventude se apresenta como uma categoria construída socialmente e sofre a influência de fatores econômicos, sociais e políticos da sociedade em que o indivíduo jovem está inserido, e, por isso mesmo esta categoria pode se modificar, assim como a sociedade em si se modifica ao longo do tempo, de acordo com os momentos históricos que está vivenciando.

Souza e Gonçalves (s.d, p.03 apud Dayrell 2003) afirmam que “entender a juventude como construção social nos remete a percebê-la como categoria heterogênea formada por uma diversidade no que tange ao universo social dos jovens que a compõe, principalmente, quando se trata de diferentes contextos”. Deste modo, são sujeitos abertos a um mundo de historicidade, que vivem e interagem com outros sujeitos e que tem suas relações baseadas no contexto no qual estão inseridos.

As autoras acima salientam ainda que o sujeito jovem é um ser singular, que tem história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim, como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, a sua própria história e singularidade. Para esse autor, o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere.

Ainda em conformidade com as autoras acima, é na sociedade contemporânea, fundamentada nos princípios da demanda do mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e em constante transformação, que observamos jovens na idade, entretanto, configurados como adultos pelas regras sociais que muitas vezes os impedem de vivenciarem seus direitos de desenvolvimento pleno da juventude. Nesta perspectiva, é diante das inúmeras transformações que vem ocorrendo em nossa sociedade, que afetam diretamente o cotidiano das novas gerações e, conseqüentemente, os processos de socialização dos indivíduos nas diversas instituições e acabam promovendo a problematização da condição juvenil com base

na existência de novas demandas referentes a um novo modo de ser jovem na sociedade atual (SOUZA E GONÇALVES, S.D, P.04).

Nesta dinâmica, esses jovens que estão sendo inseridos nas turmas da EJA, em sua maioria, pertencem ao mundo do trabalho e buscam, nessa modalidade, um meio de suprir algumas etapas de sua escolaridade como forma de adquirir melhores ofertas no mercado de trabalho e também de fazer parte de um mundo letrado.

Anjos, Paula e Marinho (2015, p.143) afirmam que:

Muitos desses jovens foram alijados à EJA, independente se possuíssem maturidade para vivenciar uma experiência típica de pessoas mais velhas, em função da inadequação de suas ações e posturas, frente ao formalismo rígido do ensino fundamental para crianças e adolescentes. Nesse sentido, a EJA se torna uma 'escola de segunda chance' para os educandos ao mesmo tempo em que se tornou uma válvula de escape da instituição escolar para aqueles 'desajustados'.

Muitos desses sujeitos são encaminhados para as turmas da EJA por motivos como repetência frequente, disparidade no que tange a idade/ série e até mesmo por “desinteresse” em relação aos estudos. Todavia, vale ressaltar que esses sujeitos, pelo pouco contato com os estudos, não acreditam que tiveram experiências escolares boas que viessem a contribuir com a sua condição enquanto jovem. Deste modo, se tornam seres desacreditados e, conseqüentemente, se consideram incapazes por não conseguirem sucesso nos estudos. Algumas vezes a Educação de jovens e adultos acaba por se tornar um depósito para inserir esses sujeitos considerados “problemas”.

Carvalho reforça que:

A inserção do jovem nesta modalidade de ensino tem se configurado como um fator desafiador para uma nova forma de fazer a EJA. A juvenilização, intensificada na contemporaneidade, decorre das deficiências do sistema escolar como a evasão e a repetência, que ocasionam a defasagem entre a idade e série; da busca pela certificação escolar oriunda da necessidade de trabalhar, da dificuldade de acesso; da ausência de motivação para o retorno a escola, entre outras. (CARVALHO, 2009, apud MELO e SANTOS, 2013, p.4).

Nessa dinâmica, a EJA se constitui como uma possibilidade desses sujeitos construírem um significado para suas vidas, tendo em vista que são pessoas que foram marginalizadas e excluídas pela sociedade e pelo Estado, que pelo simples fato de não ter-lhes concedido o direito de escolha entre trabalhar e estudar, já foi uma forma de exclusão, reafirmando a tese de que os direitos destas pessoas foram e são sim negados. Em uma sociedade grafocêntrica, a EJA deveria ser a possibilidade superar essa negação, considerando com Haddad que:

Atuam na aprendizagem e na educação do indivíduo as experiências vividas por ele no confronto com as pessoas e desafios sociais, tendo, por base, uma sociedade estratificada em classes e grupos sociais, movida por interesses econômicos, religiosos, políticos, sexuais, outros, num tempo em que o mundo se faz

grafocêntrico, letrado, competitivo, no qual a habilidade para com a leitura, o cálculo e a escrita se faz indispensável para qualquer pessoa, constituindo, destarte, a escola um espaço de habitação das pessoas para o convívio com as demandas da realidade contemporânea. (2007, p.239).

Berger e Durant (s.d, p.04 apud Charlot 2000, p. 33) corroboram que este pensamento dizendo que:

O aluno é também, e primeiramente, uma criança ou um jovem, isto é um sujeito, confrontado com a necessidade de aprender e com a presença, em seu mundo. Sujeitos sociais de conhecimentos diversos e plurais que nascem e crescem numa família, e que ocupam diversas posições na sociedade. São sujeitos singulares, ainda diz o autor, que tem uma história e especificidades peculiares ao interpretar o mundo e dá sentido, assim como a sua posição que ocupa nele, e nas suas relações com os outros. São sujeitos que agem no e sobre o mundo, e nessa ação se produzem, e ao mesmo tempo, são produzidos no conjunto das relações sociais na qual se insere e que se apresentam aos processos educativos, com saberes e necessidade de aprender.

Estes jovens que estão sendo inseridos nas classes da EJA são alunos que vem da escola regular e são transferidos para esta modalidade por diversos motivos. A principal inquietação é compreender até que ponto estas escolas estão contribuindo para a formação destes sujeitos levando em conta que estes ambientes não levam em evidência a sua condição juvenil, sua trajetória escolar passada e principalmente à sua trajetória de vida.

Entretanto, por mais que tenha expandido a oportunidade de inserção desses jovens dentro dessa modalidade, constatamos que as instituições não tem se articulado de maneira a promover a efetiva inclusão deste grupo de sujeitos. Sobre isso, Paiva (2011, p. 21) afirma que:

A legislação recomenda a necessidade de busca de condições, de alternativas, de currículos adequados a sujeitos jovens e adultos, levando em conta seus saberes, seus conhecimentos até então produzidos e suas experiências no mundo do trabalho etc., que não são poucos. Nessas experiências, esses sujeitos se formaram não na escola; por elas aprenderam conteúdos que determinam seus modos de estar no mundo, de aprender novas coisas, determinam seus interesses, seus desejos de saber mais, de certificar-se, de progredir, ou não, nos/pelos estudos. (cf. Art. 37 e 38 LDBEN e Parecer CNE nº. 11/2000).

Exige muita atenção e cuidado, tanto do poder público e da instituição escolar quanto da sociedade, nesse momento, o processo que tem se estabelecido como “solução” para os estudantes que estão em defasagem grande de idade/série ou são considerados difíceis: o seu encaminhamento compulsório para a EJA. Esses adolescentes chegam a EJA indisciplinados e desmotivados por suas experiências escolares passadas. Decorrente disso, ao serem inseridos nesse espaço contra a sua vontade, eles acabam, além de não serem contemplados em suas demandas, entrando em conflito com jovens, adultos e idosos que têm uma perspectiva escolar diferente e um desejo grande por ter uma nova oportunidade de aprender.

A escola, nesse contexto, acaba impondo a esses adolescentes uma bagagem de informações e características do mundo adulto, onde toda sua historicidade e toda sua singularidade acabam sendo desprezadas.

Pode-se dizer que, ao encaminhar para a EJA, muitas vezes de forma compulsória, esses adolescentes que não são considerados “adequados” ao ensino regular diurno, o sistema escolar, além de não resolver a questão de fato, cria uma condição que tem sido relatada por professores da EJA como mais um enorme desafio para essa modalidade.

II – A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE ESTADUAL DA BAHIA – APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

2.1 CONHECENDO A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE ESTADUAL DA BAHIA

Com a proposta de apresentar algumas considerações pertinentes a Educação de Jovens e Adultos, especificamente o processo de juvenilização que vem ocorrendo dentro dessa modalidade, apresentamos o Documento Política de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual da Bahia- Aprendizagem ao Longo da Vida. Este documento foi elaborado pela Secretaria Educação do Estado da Bahia e apresenta as orientações para a reestruturação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede estadual de educação.

Segundo esse documento, implementado nas escolas no ano de 2009, o mesmo é fruto da escuta dos principais sujeitos da EJA como professores, alunos, coordenadores, gestores e Diretorias Regionais de Educação, universidades, movimentos sociais entre outros. Além disso, contou com representantes de diversos setores da sociedade que dão forma ao Fórum Estadual da EJA. Os autores salientam ainda que, no processo de construção do mesmo, optaram em promover espaços de discussões mediante reuniões, seminários, fóruns, encontros e também questionários a fim de obter dados. Além disso, puderam obter também como espaço de diálogo o CEE- Conselho Estadual de Educação com o objetivo de garantir as exigências legais que regem a educação no país.

Educandos, educadores, gestores e coordenadores pedagógicos das Diretorias Regionais de Educação - DIREC, bem como representantes dos diversos segmentos que dão forma ao Fórum Estadual de EJA, quais sejam: Universidades (Universidade do Estado da Bahia - UNEB e Universidade Federal da Bahia - UFBA), Movimentos Sociais (Movimento de Educação de Base – MOVA), Sistema S (Serviço Social da Indústria – SESI), Organização Não governamental (Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica – CEAP), Gestão Pública (Secretaria de Educação do Estado - SEC/BA e Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC/SSA e Fóruns Regionais de EJA. (BAHIA, 2009, p. 9).

O documento Política de Educação de jovens e Adultos - Aprendizagem ao longo da vida apresenta 36 páginas, divididas em sete tópicos. O documento, para a sua construção, contou com a consultoria do renomado professor Miguel Arroyo, fundamentando-se nos referencias teóricos da psicogenética de Piaget e dos princípios da epistemologia de Paulo Freire, voltada para a educação popular, e as ideias do próprio consultor sobre educação de jovens e adultos.

Esta proposta elaborada pela Secretaria de Educação da Bahia foi pensada com o objetivo de nortear o funcionamento da EJA, na perspectiva de contribuir com a estruturação do currículo e oferecer uma assistência no que tange ao acompanhamento da aprendizagem dos educandos.

Os princípios dessa proposta estão pautados pelo dever do Estado de garantir a Educação Básica às pessoas jovens e adultas, na especificidade dos tempos humanos, ou seja, considerando as experiências e formas de vida próprias à juventude e à vida adulta. A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação. (BAHIA, p.11)

É preciso que as instituições de ensino da EJA e das demais reconheçam estes sujeitos, levando em consideração que sua história não é a mesma história de outros jovens com a mesma faixa etária. Durante a prática pedagógica, o docente precisa enfrentar o desafio de atender às singularidades e às particularidades dos seus alunos, por isso é preciso que as instituições escolares internalizem que cada sujeito possui uma história de vida diferente. Desse modo, repensar a organização dos currículos é essencial para que esses sujeitos possam se sentir bem diante desse universo.

Sobre isso, essa Política Estadual de EJA da Bahia destaca que:

Para a garantia do direito dos jovens e adultos à Educação Básica, o currículo deverá ser pautado em uma pedagogia crítica, que considera a educação como dever político, como espaço e tempo propícios à emancipação dos educandos e à formação da consciência crítico-reflexiva e autônoma. (BAHIA, 2009, p.11)

Ainda de acordo com o documento, o fato da modalidade EJA está crescendo a cada dia, faz com que o Estado se comprometa ainda mais com o direito à Educação Básica das crianças e adolescentes. Deste modo, essa Política afirma que sua proposta centra-se em “tomar rumos mais acertados no trabalho em parceria com a Educação Fundamental e Média do nosso Estado” (BAHIA, 2009, p.12)

Nessa dinâmica, segundo o documento, para que o Estado consiga garantir a Educação Básica às crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos é preciso conhecer quem são os verdadeiros sujeitos de cada modalidade educacional, como é afirmado abaixo:

Saber sobre os tempos de vida e sobre as estruturas cognitivas que possibilitam o acesso ao conhecimento em cada um desses tempos. Na EJA, faz-se imprescindível o reconhecimento:

- a) dos saberes e fazeres que são construídos no tempo da juventude e da adultez;
- b) das experiências e vivências de trabalho e sobrevivência desses sujeitos nas cidades e nos campos. (BAHIA, 2009, p12)

De acordo com o documento, são sujeitos de direito da EJA jovens, adultos e idosos; homens e mulheres que lutam pela sobrevivência nas cidades ou nos campos. Em sua maior parte, os sujeitos da EJA são negros e, em especial, mulheres negras. São moradores/moradoras de localidades populares; operários e operárias assalariados (as) da construção civil, condomínios, empresas de transporte e de segurança. Também são trabalhadores e trabalhadoras de atividades informais, vinculadas ao comércio e ao setor doméstico. (BAHIA, 2009)

Na perspectiva de delimitar o público e a faixa etária dos sujeitos que devem estar inseridos dentro de cada modalidade de ensino é que a Secretaria de Educação do Estado da Bahia vai afirmar que é preciso compreender a Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade para atender o jovem e o adulto trabalhador, levando em consideração que estes jovens devem apresentar idade acima dos 18 anos. Como orienta abaixo:

A revisão do Parecer da EJA, promovida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a qual resultou no Projeto de Resolução, indica a elevação da idade para acesso na EJA, assim como a ampliação da educação fundamental e média no noturno, para fazer face às demandas de educandos menores de 18 (dezoito) anos. (BAHIA, 2009, p.13)

Ainda de acordo com o documento:

Os adolescentes (de 15 a 18 anos incompletos) deverão ter garantido o direito ao processo de formação em programas e projetos específicos à Educação Fundamental e próprios à atualização do percurso escolar. Inspirados nos princípios da EJA, compreendemos que essa não se configura enquanto espaço de **formação adequado às especificidades do tempo humano da adolescência. Relatos de educadores e educandos nos têm mostrado que a permanência de alunos adolescentes (de 14 a 17 anos) na EJA têm trazido grandes prejuízos à prática dos educadores, que se sentem perdidos frente às expectativas, saberes e ritmos tão variados.** Além disso, é preciso atentar para o fato de que não há metodologia nem material didático que possa dar conta de tamanha diversidade. Consequentemente, compromete-se a aprendizagem dos educandos, os quais atribuem valências diferentes à escola e ao processo de formação. (BAHIA, 2009, p.13, grifo nosso)

Com o objetivo de garantir esse direito e legitimar a política em questão, o documento estabelece alguns compromissos do Estado com a EJA.

- Inserir a EJA no campo de direitos coletivos e de responsabilidade pública.
- Assumir a política de EJA na atual política do Estado, definida no documento Princípios e Eixos de Educação na Bahia.
- Assegurar a EJA como oferta de educação pública de direitos para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas experiências de vida e de trabalho, garantindo as condições de acesso e permanência na EJA, como direito humano pleno que se efetiva ao longo da vida.
- Fazer a opção político-pedagógico pela Educação Popular, pela Teoria Psicogenética que explica a construção do conhecimento, e pela Teoria Progressista / Freireana (à luz da visão do ser humano integral e inacabado).
- Adotar os Eixos Temáticos da identidade, do trabalho, da cultura, da diversidade, da cidadania, das diversas redes de mobilização social e da Pedagogia da Libertação.

- Garantir o princípio básico de que todo ser humano tem direito à formação na especificidade de seu tempo humano, assegurando-lhe outros direitos que favoreçam a permanência e a continuidade dos estudos.
- Respeitar e implementar os princípios pedagógicos tão caros à Educação Popular e, conseqüentemente, à EJA, quais sejam: o fazer junto, a dialogicidade e o reconhecimento dos saberes dos educandos. (BAHIA, 2009, p.14)

Em conformidade com esse pensamento, percebemos que a proposta para a reestruturação o currículo visa uma maior aproximação entre o conhecimento proposto e a realidade dos sujeitos da EJA, bem como oferecer aos educandos possibilidades de acesso aos diversos saberes necessários à sua vida. É preciso que se coloque em evidência também que a bagagem que esse público traz para estas instituições certamente tem muito a colaborar para que se repense questões que englobam toda organização da EJA.

Dentre essas questões, vale ressaltar a importância da formação de professores. Uma formação adequada para atuar na EJA é essencial para que haja de fato uma educação que cumpra com os objetivos estabelecidos nos documentos de regulamentação, levando em conta que é ele o responsável por mediar à construção do conhecimento. Sobre a formação de professores a Política aponta um conjunto de características indispensáveis ao educador (a) da EJA. Dentre estas características estão:

- a) ter formação acadêmica ou em serviço com os tempos da juventude e vida adulta;
- b) conhecer a comunidade em que atua e sua formação: como vivem e trabalham os jovens e adultos;
- c) participar, conhecer, entender os Movimentos que se organizam em torno da luta por conquista de direitos para os populares;
- d) comungar com os ideários e exercitar os princípios da Educação Popular;
- e) cooperar, de forma crítica e competente, com a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, assegurando direitos para a EJA;
- f) construir uma prática dialógica nos espaços, tempos e processos de EJA, considerando os saberes da vida como conteúdos fundantes do processo pedagógico;
- g) entender e respeitar, de maneira positiva, a diversidade de território, idade, gênero, sexo, raça/etnia, crenças e valores, assumindo-a como elemento pedagógico;
- h) apresentar projeto de trabalho solidário para intervenção na realidade sociopolítica e cultural dos educandos da EJA. (BAHIA, 2009, p.16)

Com base no perfil esperado, segundo o documento, a Secretaria de Educação deveria investir na formação em serviço dos profissionais que farão carreira no magistério enquanto educadores de jovens e adultos. Afirma ainda que o processo de formação inicial e continuada dos educadores da Educação de Jovens e Adultos deve ser construído no contexto da nova Política de EJA assumida pelo Estado. Que os coletivos de educadores da EJA serão formados a partir de uma seleção interna na SEC. Para tanto, esses devem optar por participar do coletivo e assumir algumas construções necessárias ao fazer na EJA. Infelizmente, oito

anos após a implementação, ainda não se tem notícia de uma formação nos moldes previstos na Política.

O texto enfatiza que, para conduzir esse novo modelo curricular, deverá haver investidas na formação do educador, com o objetivo de promover uma postura adequada à essa nova proposta. Certamente, por se tratar de um modelo inovador, sem a formação adequada que foi prevista, mas não se deu, compreende-se os limites de implementação dessa Política nas instituições educacionais.

Para que todos esses objetivos fossem cumpridos, a Política previa que a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos seria responsável por estabelecer o diálogo com as Coordenações da Diretoria de Inclusão e Diversidade, de forma a construir, em parceria, projetos de Educação de Jovens e Adultos Indígenas, dos Campos e com Necessidades Educativas Especiais. Estes Projetos deveriam apresentar estrutura, funcionamento e currículo adequado à demanda específica e, portanto, só poderiam ser construídos junto aos coletivos que representam cada segmento (BAHIA, 2009).

Com base nisso, o documento indica algumas mudanças principalmente no que se refere ao currículo. Em relação à organização das áreas e na sua equivalência em relação às series, não houve interferências, sobre isso houve apenas a mudança da nomenclatura destinada ao curso e as suas fases.

Em relação aos conteúdos, a proposta é que estes devem ser organizados por eixos temáticos pré-estabelecidos distribuídos pelas três fases de aprendizagem do Tempo Formativo. A grade curricular do curso com as áreas de conhecimento apresenta a artes como mais uma nova disciplina e atividades laborais em todos os tempos de aprendizagem.

Os conteúdos a serem trabalhados, segundo essa Política, devem ser selecionados conforme a realidade e interesse do educando, com ênfase nas dificuldades apresentadas, organizados por eixos temáticos e interdisciplinares, e trabalhados de forma contextualizada, contemplando o desenvolvimento de habilidades e competências. São indicados saberes necessários para cada tempo formativo, que são estudados à medida que ajudem na compreensão dos conhecimentos presentes nos eixos temáticos e nos temas geradores (BAHIA, 2009).

É importante reconhecer os avanços propostos pela Política de EJA da Rede Estadual da Bahia, contudo, sem o investimento e o preparo adequado dos docentes que vivenciam essa Política no cotidiano da escola, arranjos e rearranjos foram feitos sem que, até o momento, ela tenha sido efetivada. Nesse sentido, teria sido fundamental para a implementação de uma

proposta como essa, oferecer condições reais para que escola conheça o universo dos seus educando, considerando que, como nos aponta Carrano (2007, p. 03):

Parte dos problemas enfrentados em muitas salas de aula e espaços escolares tem origem nas incompreensões sobre os contextos não escolares em que os alunos estão imersos, e que cada vez será mais improvável que consigamos compreender os processos educativos escolares se não nos apropriarmos dos processos mais amplos de socialização.

Nesse contexto, fica mais uma vez a lição de que apenas boa intenção não dará conta de garantir a efetivação de uma EJA na perspectiva do direito. Sendo assim, não basta a elaboração de políticas inovadoras e bem fundamentas teoricamente. É preciso verdadeiro compromisso e responsabilidade do estado em tornar concreto o que se registra nos documentos que regem a Educação de Jovens e Adultos.

2.2 ANÁLISE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE ESTADUAL DA BAHIA: O QUE ESTA PROPÕE PARA OS ADOLESCENTES NA EJA

Dando seguimento ao capítulo, passamos a refletir sobre as propostas do documento Política de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual da Bahia – aprendizagem ao longo da vida acerca dos jovens adolescentes que compõe as turmas da EJA. O objetivo é entender se essas propostas construídas pela Secretaria de Educação do Estado contemplam essa demanda e como contemplam,

Como mencionado no capítulo anterior, O documento denominado Política de EJA da Rede Estadual foi produzido entre os anos 2008 /2009 pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) representada pela Coordenação de Jovens e Adultos e, posteriormente, encaminhado para efetivação nas escolas. É imprescindível que se mantenha em evidência a todo o momento a perspectiva de garantia do direito à educação para esse grupo que busca a EJA.

Historicamente as políticas públicas destinadas a Educação de Jovens e Adultos foram frágeis com as práticas e ações desenvolvidas com metas de eliminar o analfabetismo. É visível o tamanho da desigualdade enfrentada por nosso país e para que a Educação de Jovens e Adultos se concretize como um direito é necessário que esta esteja acessível para todos os sujeitos que por ela busquem sejam jovens, adultos ou idosos.

O objetivo principal que mobiliza a realização desta análise é perceber até que ponto a Política de EJA da Rede Estadual da Bahia compreende o processo de juvenilização na Educação de Jovens e Adultos e quais mecanismos esta determina para solucionar esse fenômeno de modo que a perspectiva de aquisição de conhecimento por parte desses sujeitos não seja prejudicada, ao mesmo tempo em que esses mecanismos venham a contribuir para melhoria da Educação de Jovens e Adultos.

Dando ênfase aos objetivos destacados por essa Política, podemos apresentar algumas considerações pertinentes ao que tange o real contexto da Educação de Jovens e Adultos. A princípio, é importante observar que essa Política teve seu início de implementação no ano de 2009 e, fazendo algumas análises em relação a sua proposta, podemos concluir que esta não teve muitos avanços, pois a EJA, nos dias atuais, na Bahia, como já foi dito, ainda está distante do que é determinado pelo documento.

O documento deixa claro a que faixa etária se destina a EJA, afirmando que é preciso compreender a Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade para atender o jovem e o adulto trabalhador, levando em consideração que estes jovens devem apresentar idade acima dos 18 anos, como se pode ver nesse trecho já apresentado anteriormente:

Os adolescentes (de 15 a 18 anos incompletos) deverão ter garantido o direito ao processo de formação em programas e projetos específicos à Educação Fundamental e próprios à atualização do percurso escolar. Inspirados nos princípios da EJA, compreendemos que essa não se configura enquanto espaço de formação adequado às especificidades do tempo humano da adolescência. (BAHIA, 2009, p.13).

Diferente do que propõe a Política de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual, o público que adentra a modalidade EJA, são sujeitos muito jovens, adolescentes. Ainda na contramão do que sinaliza esta Política, aceitar a matrícula na EJA de sujeitos com idade inferior a 18 anos é um esforço de assegurar a possibilidade de continuidade de escolaridade, visto que se levarem em conta o contexto de discrepância entre série/idade, certamente continuarão sendo sujeitos completamente excluídos do sistema regular de educação. A instituição escolar vê esses alunos como “problema”, e por seu perfil não se encaixar as exigências da escola termina por excluir este sujeito, sob a tese de que eles são os únicos culpados pelo seu próprio fracasso escolar.

Mais adiante, o documento traz que:

Para efeito de organização da Rede e garantia de direitos aos educandos, a SEC/BA estabelece que: 1. Os adolescentes que já se encontram na EJA devem ter garantido o direito de concluir o segmento educacional na mesma modalidade. Em fase de conclusão de cada segmento é que devem efetivar matrícula na Educação Fundamental ou Média. 2. As escolas da rede devem ser orientadas a criar turmas de Educação Fundamental no noturno a fim de atenderem ao coletivo de adolescentes, com idade acima de 14 anos, que, por conta de desenvolverem atividades laborais para garantia da sobrevivência, só podem estudar à noite. Salienta-se que a prática

pedagógica a ser desenvolvida deve considerar o tempo de vida, necessidades e expectativas desse coletivo. 3. Os casos específicos – a exemplo de escolas que não conseguem formar turmas da Educação Fundamental no noturno para atender ao número de alunos com idade acima de 14 anos – devem ser comunicados à DIREC e esta deve autorizar a inserção ou permanência do(a) aluno(a) na EJA. (BAHIA, 2009, p.14).

Nessa passagem, pode-se perceber que a orientação de não matricular menores de 18 anos praticamente se desfaz diante de tantas exceções. De um lado, a Política de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual da Bahia aponta que não se devem aceitar alunos com idade inferior a 18 anos nas turmas da EJA, por outro lado, assumem condições para que essa matrícula se dê com frequência. Na prática, com a abertura para as “escolas que não conseguem formar turmas da Educação Fundamental no noturno para atender ao número de alunos com idade acima de 14 anos” (BAHIA, 2009, p.16) receberem autorização das antigas DIREC, atuais Núcleos Territoriais de Educação (NTE), para realizarem a inserção do educando na EJA, nada se modifica. Mais turmas significam mais custos, pois necessitam de mais salas, mais professores, mais mobiliário, ou seja, mais recursos que, de modo geral, para a educação e, de modo específico, para a EJA o estado afirma não ter.

O documento se torna omissivo a partir do momento em que não aponta propostas para esses adolescentes que adentram a EJA. Se a proposta veda a inserção de jovens menores de 18 anos na Educação de Jovens e Adultos e o próprio ensino regular- ensino fundamental, não permite a presença de jovens que apresentam grande disparidade idade /série, o que se deve fazer com estes sujeitos? Continuar excluindo-os do sistema educacional como vêm ocorrendo por todos esses anos? Dolla e Cossentin (s.d, p.09) contribuem com a discussão, salientando que:

No contexto de inserção do adolescente na Educação de Jovens e Adultos temos dois aspectos relevantes a serem considerados, sendo um destes a evidência de dificuldade da escola regular para manter a oferta com qualidade e depois de repetidas experiências de insucesso os sujeitos são vistos como os que não tem mais tamanho e idade para estar na mesma série que colegas com trajetórias diferentes, somando-se ainda, o envolvimento em brigas e outros comportamentos caracterizados como indisciplina. Outro aspecto se refere à visão de gestores e educadores da EJA que demonstram preocupação com a descaracterização do perfil dos alunos desta modalidade de ensino, o que resulta em resistência para aceitá-los, com o argumento de que a finalidade da mesma não é de atender “alunos problema” que a escola regular não consegue manter.

Essa realidade expressa o descompromisso do sistema, principalmente no que se refere ao ensino público, com a população que passa dos 14 anos e que não conclui o ensino fundamental. Neste caso, o aluno é “jogado” para algum outro espaço que ofereça EJA. Sobre isso DOLLA e COSSETIN (s.d, p.07) argumentam que:

Ao estabelecer uma faixa etária considerada como ideal para a conclusão da escolaridade obrigatória -14 anos para o Ensino Fundamental- mesmo que sem intenção, a legislação favoreceu que a população acima desta faixa etária fosse considerada como invasora ou alijada do direito de frequência no Ensino Regular. Tornou-se comum que os adolescentes a partir de 15 anos, ao procurarem escolas para ingresso ou retomada dos estudos, sejam imediatamente encaminhados para EJA, reiterando que o lugar comum, no Ensino Regular é para os que se encontram na idade ideal - obrigatória pela lei.

Muitas vezes ouvimos constantes relatos de que a culpa pelo insucesso, bem como o seu fracasso escolar é atribuída exclusivamente aos alunos e, constantemente os próprios alunos absolvem esta afirmação e começam a atribuir a culpa em si mesmo. É muito mais fácil atribuir a culpa aos jovens e ou as famílias do que simplesmente admitir o fracasso do sistema regular de ensino que, historicamente, atua conservando os traços do sistema capitalista, onde os menos favorecidos são sempre excluídos. Nesse sentido, Freire (1995, p.51) diz que:

A escola pública não anda bem, não porque faça parte de sua natureza não andar bem, como muita gente gostaria que fosse e insinua que é. A escola pública básica não anda bem, repetamos, por causa do descaso que as classes dominantes neste país têm por tudo o que cheira a povo.

A precariedade do sistema de ensino regular público, que ocasiona situações como a evasão, a repetência e a discrepância no que tange a idade/série, faz com que se crie a possibilidade de adiantar os estudos como meio de finalizar, em menor tempo possível, sua trajetória escolar. É por essa questão e por tantas outras, como repetência constante, pela necessidade de conseguir rapidamente um emprego, desinteresse pelos estudos, pela dificuldade de aprendizagem de conteúdos que nada dizem sobre o sujeito ou sobre sua realidade, enfim, por diversos outros motivos que levam à transferência dos jovens à Educação de Jovens e Adultos. Na perspectiva de construir um espaço para atender esses jovens, Carrano (2007, p.01) afirma que:

[...] Tais aspectos relativos à presença do jovem, são incipientes no campo da EJA e para enfrentar esse desafio de 'juvenilização da EJA', deveríamos buscar alternativas para a produção de espaços culturalmente significativos para atendimento dessa diversidade de sujeitos jovens – não apenas alunos. O que propicia a reflexão sobre quem é esse sujeito, porque ingressou numa sala de EJA e como desenvolver um trabalho que atenda de forma mais adequada suas especificidades.

A perspectiva de qualquer política que vise promover a remoção ou a admissão de adolescentes nas classes da EJA como método de correção de fluxo idade/série, sem uma discussão profunda e bem fundamentada, demonstrando responsabilidade com esse direcionamento, denota certa negligência por parte do Poder Público com essa parcela da população que vem tendo, por muito tempo, o direito à aprendizagem negado.

A impressão é que a proposta apontada por esta Política não se posiciona claramente, favorecendo desse modo um jogo de “empurra- empurra”. De um lado estes alunos vão para a EJA porque a escola regular não é boa o suficiente para lidar com os alunos com defasagem série/idade. Por outro, a Educação de Jovens e Adultos, tratada como depósito para estes educandos, não os reconhece e acolhe como sujeitos de direito desse espaço.

Sobre isso Freitas (2016 apud PONTES e CLARK, 2016, p. 07) salientam que:

Tendo sido historicamente pensada e concebida em função dos anseios das camadas médias da população, a escola pública, instituição do estado brasileiro, não tem se ocupado em pensar e dirigir suas forças e intenções em prol das camadas mais empobrecidas da população. Ao não considerar as condições sociais precárias, nas quais muitos educandos se encontram, bem como modos de ser e existir diferenciados das classes médias e classe dominante, a instituição e os agentes que nelas atuam, passam a adotar mecanismos institucionais de punição, que têm por objetivo constranger os alunos que não conseguem corresponder às exigências do mundo escolar.

O que precisamos nos atentar é que as diversas discussões construídas em relação ao processo de juvenilização na modalidade EJA precisam ser intensificadas no sentido de não hostilizar a presença do aluno adolescente, já que não são eles culpados por essa condição. Nesse sentido, é preciso também que todo sistema escolar público bem como a gestão desse sistema estabeleçam um diálogo sério entre si sobre essa questão com a finalidade de se criar reais possibilidades de superação desse desafio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a Educação de Jovens e Adultos, em uma perspectiva de compreender o seu percurso histórico e compreender como esta veio se configurando, no decorrer destes anos, foi de suma importância, principalmente, porque se percebe que essa modalidade sempre foi vista como algo menos importante no contexto da educação pública. Em decorrência, oferta-se historicamente uma educação de qualidade bastante limitada e que contribui significativamente para a exclusão dos sujeitos da escola, bem como sua marginalização por parte da grande maioria da sociedade.

O sistema de educação implementado, no Brasil, infelizmente apresenta um modelo vigorosamente excludente à medida que não visa atender às demandas dos sujeitos dessa educação, estando a serviço dos interesses da classe dominante de reprodução da sociedade. No que tange à EJA, apesar de se constituir como direito, continua no plano da não efetivação plena.

A demanda de jovens é cada vez maior na Educação de Jovens e Adultos, especialmente de adolescentes, e este é um fenômeno que tem alterado o cotidiano das classes de EJA, convocando à construção de um novo olhar para essa modalidade. Essa juvenilização da EJA tem sido um processo contínuo e crescente, que exige atenção e sensibilidade.

Nesse processo, além daqueles jovens que buscam a EJA para acelerar seu processo de conclusão da educação básica para se inserir melhor no mercado de trabalho, lamentavelmente, a EJA tem sido vista como um depósito do ensino regular, onde se lançam os “baderneiros” e “fracassados”, bem como aqueles com idades mais avançadas no que tange o contexto idade/ série.

É preciso que se intensifiquem as discussões sobre o processo de juvenilização na EJA, levando em consideração a perspectiva de que o caminho não é tentar impedir a presença desses jovens nesta modalidade, mas sim identificar os motivos que estão fazendo com que eles sejam transferidos para lá, com vistas à construção de espaços escolares que possam atender de fato às demandas desses adolescentes.

Em relação à Política da Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual da Bahia – Aprendizagem ao Longo da Vida pode-se concluir que a construção da proposta pedagógica por tempos formativos foi uma iniciativa interessante da Secretaria de Educação do Estado, entretanto percebemos que a sua efetivação deixou muito a desejar, especialmente no que tange à formação de professores.

Quanto ao processo de juvenilização da EJA, não há por parte da Política em estudo uma postura de real enfrentamento da questão, à medida que há, em princípio, uma orientação de não matrícula seguida de exceções que, na prática, tem se traduzido como brechas para que as matrículas desses jovens na EJA continuem acontecendo sem muitas ou nenhuma restrição.

É extremamente importante que as políticas públicas contribuam na perspectiva de promover uma efetiva transformação na vida dos educandos da EJA. Neste sentido é de fundamental relevância que se pense nestes sujeitos de um modo que vise a atender todos, mas respeitando as especificidades de cada um, principalmente do novo público que vem compondo essa modalidade (neste caso, os jovens muito jovens), que também devem ser pensados respeitando essa perspectiva.

Na urgência de que a questão da juvenilização da EJA com suas consequências, até o momento, nada favoráveis a essa modalidade e aos sujeitos que dela demandam seja enfrentada com vistas à sua superação, é possível afirmar que a Política de EJA para a Rede Estadual da Bahia precisa ser revista, a partir do estabelecimento de diálogo consistente entre todos os sujeitos que compõem esse universo.

Nesse sentido, a postura de omissão ou condescendência da Política analisada precisa ser substituída por propostas que contemplem estudantes e educadores, favorecendo a construção de uma EJA que favoreça a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- ANJOS Cláudia Regina dos. PAULA Maria José de. MARINHO Ramuth Pereira. Os jovens presentes na eja: As (im) possíveis conexões entre saberes/culturas juvenis e culturas escolares. **Educere et Educare revista de educação**. Vol.9 n° 17 jan./jun.2014 p. 139-153.
- BERGER, Daniel Godinho. DURAND, Olga Ceslestina da Silva. Sujeitos jovens da eja: implicações metodológicas. Daniel Godinho Berger. Olga Ceslestina da Silva Durand. – EJA/Prefeitura Municipal de Florianópolis.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96. Brasília, DF:MEC, 1996.
- BRASIL. [Estatuto da juventude (2013)] Estatuto da juventude [recurso eletrônico]: Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e legislação correlata. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.
- CARRANO, P. Educação de jovens e adultos e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, Belo Horizonte, v.1, n.0, p. 55-67, 2007.
- CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOVAY, Mirian. Ser jovem hoje, no Brasil: desafios e possibilidades. Programa de Prevenção à Violência nas Escolas. 2015.
- CONJUVE, Conselho Nacional da Juventude. Reflexões sobre a política Nacional de juventude 2003-2010. Março de 2011.
- Diversidade na educação de jovens e adultos/** Osmar Fávero; Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro (organizadores). Brasília: Liber Livro; Manaus: Edua, 2012.
- DOLLA, Margarete Chimiloski. COSSETIN, Márcia. A “JUVENILIZAÇÃO” DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Margarete Chimiloski, Márcia Cossetin. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.
- FERREIRA, Lorene Dutra Moreira e. Juvenilização na educação de jovens e Adultos de Ouro Preto/MG: Trajetórias e Perspectivas dos Estudantes Mais Jovens. Mariana – MG, Março de 2015.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 45ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. A educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1995.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa/** Antonio Carlos Gil. - 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
- LOPES, Selva Paraguassu. SOUSA, Lusia Silva. EJA: Uma Educação Possível ou Mera Utopia? Selva Paraguassu Lopes, Graduada em Pedagogia e Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Internacional de Lisboa. Profª da Faculdade Santa Terezinha e Faculdade Michelangelo. Lusia Silva Sousa, Pedagoga.

MELO, Lécia Nájla dos Santos. SANTOS, Raimunda de Santana. Juvenilização das classes da EJA na rede pública municipal de Ilhéus. I Jornada Baiana de Pedagogia, Ilhéus, agosto, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

PAIVA, Jane, Inclusão na educação de jovens e adultos. **Debates em Educação Científica e Tecnológica**, ISSN 2179-6955, v. 01, n o 1, p. 14-23, 2011.

_____ Direito à educação de jovens e adultos: Concepções e sentidos. GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas / n. 18UERJ – janepaiva@terra.com.br.

PIERRO, Maria Clara di. Conferência Nacional de Educação Básica. Eixo II: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação. Colóquio: Educação de Jovens e Adultos. Brasília – DF: 16/04/2008

PIERRO, Maria Clara di. JOIA Orlando. RIBEIRO Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

PONTES Edmundo Marcos Ferreira. CLARK Georgia Nellie. A má-fé institucional aeducação de jovens e adultos no brasil. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, vol. 4, n. 7, 2016.

Saberes e singularidades na educação de jovens e adultos/ Maria Fani Scheibel e Silvana Lehenbauer (orgs.): Christiane Martinatti Maia... et al. – Porto Alegre: Mediação, 2008.

SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas:Autores Associados, 1997.

Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Política de EJA da Rede Estadual da BAHIA – 2009.

SILVA, Líbia Suzana Garcia da. Juvnilização na EJA: Experiências e desafios. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre, dezembro, 2010.

SOARES, Andréia Cristina da Silva. Aluno jovem na educação de jovens e adultos: da perspectiva do direito ao direito da perspectiva. andreia.ast@hotmail.com. UERJ/ProPed.

SOUZA Thiana do Eirado Sena de. GONÇALVES Maria de Cássia Passos Brandão. A constituição do jovem como sujeito social: perspectiva e desafios do reconhecimento da juventude na educação de jovens e adultos.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação de Jovens e Adultos**. Maria Antônia de Souza.- Curitiba: Ibepex, 2007.13 p.

